

**Relatório da Audiência n.º 2 - COF- XV**

**Dia:** 6 de maio de 2022

**ENTIDADE:** ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais

Albino Almeida – Presidente da ANAM

Carlos Almeida – Vice-Presidente da ANAM

Fernando Pereira – Vice-Presidente da ANAM

Eulália Teixeira – Vice-Presidente da ANAM

Manuel Ferreira Ramos – Coordenador do Centro de Valorização de Eleitos Locais (ANAM)

**ASSUNTO:** Propostas no âmbito da discussão da PPL 4/XV/1.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2022.

**Recebida pelos Senhores Deputados:**

- Hugo Carneiro, Vice-Presidente da Comissão
- Miguel Cabrita (PS)
- João Barbosa de Melo (PSD)
- Pedro Nunes (CH)

**Síntese dos Temas Abordados:**

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Deputado Hugo Carneiro, abriu a audiência saudando os representantes das entidades *supracitadas*, dando nota sobre o modo de condução dos trabalhos, posto o que deu a palavra ao Senhor Presidente da ANAM para uma intervenção inicial.

O Interveniente saudou de volta a Comissão, começando por apresentar a entidade representada.

Subscreveu o entendimento defendido pela Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) e Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), no âmbito das



## Comissão de Orçamento e Finanças

---

respetivas audições durante a apreciação, na especialidade, do Orçamento de Estado. Nesse sentido, foi reiterada a necessidade de densificação de competências das Assembleias Municipais, bem como o apelo a melhores condições físicas e mais recursos humanos para o seu funcionamento, valorização e dignificação.

Foi sublinhado o exercício da cidadania e da democracia, concretizado através do exercício das atribuições próprias das autarquias locais.

O Interveniente salientou também o problema da limitação das senhas de presença dos representantes municipais, apresentando-a como uma restrição financeira inadmissível, bem como a inexistência de parecer prévio por parte da Assembleia Municipal à elaboração do orçamento municipal.

Por fim, propôs a obrigatoriedade de apresentação do orçamento municipal ao Revisor Oficial de Contas, passando este a funcionar como uma espécie de Unidade Técnica de Apoio Orçamental municipal.

De seguida, o Senhor Vice-Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS), que se reportou às condições nas quais as Assembleias Municipais funcionam, registando as pretensões dos representantes da ANAM. Questionou igualmente se existia alguma comunicação com o novo Governo em funções.

Ato contínuo, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado João Barbosa de Melo (PSD), que começou por defender a importância das Assembleias Municipais enquanto peças essenciais ao edifício jurídico que é o Poder Local. Nesse sentido, afirmou que seria necessário que os eleitores do círculo municipal em causa tivessem condições para o exercício político, questionado a entidade auditada acerca da maneira de como seria possível progredir.

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Pedro Nunes (CH), que declarou ter um carinho especial pela figura da Assembleia Municipal, visto que o Partido que representa nasceu nesse contexto. Afirmou não existirem meios para as autarquias locais, louvando, em paralelo, as edilidades das Assembleias Municipais, como entes de fiscalização do poder executivo exercido pelas Câmaras Municipais (referindo-se, especificamente à moção de censura).

Após estas intervenções, foi de novo dada a palavra ao Senhor Presidente da ANAM, que informou a Comissão acerca do estudo elaborado pela entidade e das visitas

empreendidas a todos os distritos e Regiões Autónomas, na busca de uma linha identitária comum para todas as Assembleias Municipais. Defendeu, ao invés da descentralização, uma governação multinível, uma maior intervenção das Assembleias no Regimento Municipal e concluiu pelo pedido de um cartão do Deputado Municipal que indique inequivocamente a sua atividade.

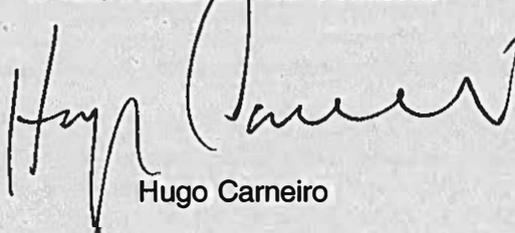
Foi concedida a palavra ao Senhor Vice-Presidente Fernando Pereira, que destacou a realidade antes do 25 de abril, quando existiam apenas Juntas e Câmaras, e depois do 25 de abril, o que determinou a criação das Assembleias (Municipais e de Freguesia), tendo-se dignificado o concelho respetivo. Pediu ainda que se ouça a ANAM, a par da ANAFRE e da ANMP, em nome da democracia de proximidade. Finalizando, assevera que a entidade acompanha o desenvolvimento do processo orçamental.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu a presença dos Intervenientes, lembrando o prazo de apresentação de propostas de alteração ao Orçamento de Estado, posto o que encerrou os trabalhos da presente audiência.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente o contributo escrito da ANAM, bem como a gravação áudio, podem ser consultados na [página internet da audiência](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 6 de maio de 2022

O Vice-Presidente da Comissão



Hugo Carneiro

